

política

Editora: Paula Coutinho
politica@jornaldocomercio.com.br

STF autoriza penduricalhos de até 35% do teto salarial

Limite constitucional do funcionalismo público é de R\$ 46.366,19

/ SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

O Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria ontem para limitar o valor dos chamados penduricalhos no Judiciário e no Ministério Público a um teto correspondente a 35% (R\$ 16.228,16) do salário dos integrantes da corte, de R\$ 46.366,19 - o teto constitucional do funcionalismo público.

A proposta foi apresentada em voto conjunto no julgamento por Gilmar Mendes, Flávio Dino, Alexandre de Moraes e Cristiano Zanin, relatores de ações sobre o tema. Os ministros foram acompanhados por André Mendonça, Kassio Nunes Marques, Luiz Fux e Dias Toffoli.

A medida valerá durante um período de transição até que uma regra geral para o pagamento das verbas indenizatórias seja editada pelo Congresso Nacional. Segundo Moraes, resultará em uma economia de R\$ 7,3 bilhões por ano.

“O primeiro vetor para a con-

formação do regime de transição envolve, necessariamente, o estabelecimento de um limite objetivo para o montante de verbas de natureza indenizatória - como auxílios, indenizações adicionais e outros congêneres”, disse Gilmar.

“Isso porque a prática observada nos últimos anos evidenciou um déficit de transparência e de racionalidade no sistema remuneratório, fragilizando especialmente o controle institucional e social

sobre os gastos públicos, na medida em que obscurece a real dimensão das despesas com pessoal”, completou.

Os ministros também concordaram com o pagamento de um adicional por tempo de serviço, chamado de “parcela de valorização do tempo de antiguidade na carreira”. O valor da verba será também de até 35% do teto, com pagamento de 5% a cada cinco anos.



GUSTAVO MORENO/STF/JC

Decisão deve ser aplicada pelos poderes Judiciário, Legislativo e Executivo

TSE torna Cláudio Castro inelegível até 2030

/ JUSTIÇA ELEITORAL

Por 5 a 2, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) condenou o ex-governador do Rio de Janeiro Cláudio Castro (PL) por abuso de poder político e econômico nas eleições de 2022 e declarou sua inelegibilidade até 2030. O presidente afastado da Assembleia do Estado (Alerj), Rodrigo Bacellar (União-RJ) e o ex-presidente da Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos (Ceperj), Gabriel Rodrigues Lopes, também foram condenados à inelegibilidade.

Segundo a acusação, a Ceperf e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) foram utilizadas para criar mais de 27 mil cargos irregulares comissionados para empregar cabos eleitorais e favorecer a reeleição do então governador em 2022.

Votaram pela condenação a relatora, Isabel Gallotti, e os ministros Antonio Carlos Ferreira, Floriano de Azevedo Marques Neto, Estela Aranha e Carmen Lúcia. Eles viram uso da máquina pública nas contratações, o que configura abuso de poder político e econômico.

Os ministros Kássio Nunes Mar-

ques e André Mendonça divergiram. Nunes Marques votou pela absolvição de todos os acusados, por não identificar provas do uso da máquina pública. Já Mendonça entendeu que o abuso está comprovado, mas avaliou que não há elementos suficientes que vinculem Castro.

Castro renunciou ao cargo na segunda-feira. Ele pretendia disputar uma vaga no Senado pelo Rio. A decisão ainda determinou a realização de novas eleições para governador e a retotalização dos votos para o cargo de deputado estadual, além de multa aos condenados.

Bolsonaro terá alta amanhã e irá à prisão domiciliar

/ JUSTIÇA

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) terá alta amanhã e deve deixar o hospital onde está em Brasília para continuar cumprindo em prisão domiciliar a pena por tentativa de golpe de Estado. A informação foi dada pelo cardiologista Brasil Caiado em entrevista a jornalistas.

Segundo o médico, Bolsonaro está clinicamente estável e ter-

minará hoje o ciclo de antibióticos para tratar o quadro de pneumonia bacteriana por broncoaspiração nos dois pulmões. Ele deve deixar o DF Star entre a manhã e o início da tarde de sexta.

“Finalizando o ciclo do antibiótico amanhã, porque é um ciclo já pré-estabelecido, clinicamente ele está estável. Só (não terá alta hospitalar) se houver alguma intercorrência, mas, particularmente, acredito que não”, afirmou Caiado.

Bolsonaro está internado desde 13 de março, quando precisou ser levado até o DF Star depois de passar mal durante uma madrugada na Papudinha. Quando deixar o hospital, o ex-presidente retornará para sua casa, no condomínio Solar de Brasília, no Jardim Botânico.

Na terça, o ministro do Supremo Alexandre de Moraes concedeu ao ex-presidente a prisão domiciliar humanitária por um prazo inicial de 90 dias.



Repórter Brasília

Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Fôlego para o cinema brasileiro



VINICIUS LOURES/CÂMARA DOS DEPUTADOS/JC

A aprovação dos acordos de coprodução cinematográfica entre Brasil, França e China, pela Câmara dos Deputados, passa longe de ser um gesto protocolar. Trata-se, na prática, de uma decisão estratégica que reposiciona o cinema brasileiro no mapa global da indústria audiovisual e, nesse movimento, ganha destaque a atuação técnica e política da deputada federal gaúcha Denise Pessoa (PT, foto), relatora do acordo com a China.

Relatoria que organiza e impulsiona

Ao conduzir o relatório, Denise Pessoa não apenas cumpriu um rito legislativo. Deu forma a uma proposta que dialoga com uma necessidade concreta do setor: ampliar financiamento, circulação e competitividade das produções nacionais. Em um mercado dominado por grandes players internacionais, a coprodução deixa de ser opção e passa a ser ferramenta de sobrevivência e crescimento.

Porta de entrada

O reconhecimento das obras como “nacionais” nos países parceiros talvez seja o ponto mais relevante dos acordos. Na prática, isso abre acesso a editais, incentivos fiscais e mecanismos de fomento que antes eram restritos. É a porta de entrada para que o cinema brasileiro alcance novos públicos e, sobretudo, novas fontes de investimento.

Economia criativa como ativo estratégico

Outro avanço importante está na engenharia financeira prevista. Com investimentos que podem variar entre 20% e 80% do custo total, os acordos permitem flexibilidade e atração de capital estrangeiro sem descaracterizar a identidade das produções. A divisão proporcional de lucros e a participação técnica equilibrada reforçam um modelo mais profissional e integrado. Não se trata apenas de cultura, é economia criativa em escala. Cada produção envolve empregos, tecnologia, serviços e exportação de conteúdo. Em um país que busca diversificar sua matriz econômica, ignorar esse potencial seria um erro.

Debate legítimo, mas avanço necessário

As críticas levantadas em plenário, especialmente sobre o uso de recursos públicos, são legítimas dentro do debate democrático. No entanto, reduzem uma política estruturante a uma visão restrita. O risco de mau uso não invalida o instrumento, exige, sim, fiscalização e transparência. Por outro lado, o apoio da base governista e o aval da Agência Nacional do Cinema (Ancine) indicam que há respaldo institucional para a iniciativa. E mais: há entendimento de que o Brasil precisa estar inserido nas cadeias globais de produção audiovisual.

Um passo além do simbólico

A aprovação simbólica não diminui o alcance da medida. Ao contrário, revela consenso mínimo sobre a importância do tema. Agora, com a proposta seguindo para o Senado, o desafio será manter o mesmo nível de compreensão estratégica.

Visão de futuro

O protagonismo de Denise Pessoa nesse processo reforça um ponto central: boas relatorias fazem diferença. Quando o Parlamento atua com visão de futuro, o resultado aparece. Neste caso, na forma de oportunidades concretas para o cinema nacional.

Contar suas histórias

Mais do que acordos internacionais, o que está em jogo é a capacidade do Brasil de contar suas próprias histórias para o mundo, com escala, qualidade e competitividade. E, dessa vez, o Congresso Nacional parece ter entendido o roteiro.